

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (SEMAD)**

Aplicação: 26/5/2008

**Concurso Público**  
**Nível Superior**

**Especialista em Gestão Pública**  
**CURSO DE FORMAÇÃO**



**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **oitenta** itens, correspondentes à prova objetiva do Curso de Formação, corretamente ordenados de **1 a 80**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **duas horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

**AGENDA (datas prováveis)**

- I **26/5/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- II **27 e 28/5/2008** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **12/6/2008** – Resultados finais da prova objetiva do Curso de Formação e do concurso: Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e Internet.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – PMVV, de 18/12/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 80 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA OBJETIVA

Julgue os seguintes itens, acerca das funções estatais e competências dos entes federados.

- 1 O Poder Legislativo, no âmbito federal, é formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que compõem o Congresso Nacional.
- 2 O Poder Executivo é chefiado por um colegiado, assim como o Poder Legislativo.
- 3 O Poder Judiciário, em regra, assim como os outros Poderes, age de ofício, não sendo necessário que alguém o acione.
- 4 Ao Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, cabe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- 5 A administração direta federal é formada pela Presidência da República, por seus ministérios e órgãos subordinados.
- 6 A administração estadual direta é formada pelas autarquias, por empresas públicas, por sociedades de economia mista e por fundações públicas.
- 7 O princípio da impessoalidade determina que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- 8 Em sua atuação funcional, o servidor público da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) deve averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, sem a necessidade de distinguir o que é honesto do que é desonesto.
- 9 Na hipótese de desrespeito à moralidade pública, qualquer cidadão pode questionar judicialmente o poder público, sendo cabível, nesse caso, a ação popular.
- 10 Em um processo de concessão de aposentadoria, existem dezenas de despachos, mas somente o ato final que concede a aposentadoria é publicado. Apesar disso, a consulta aos autos do processo que concedeu a aposentadoria deve ser permitida.
- 11 O princípio da continuidade determina que a administração deve agir de modo rápido e preciso para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população.

A respeito dos tópicos da Constituição Federal relacionados à administração pública, julgue os itens a seguir.

- 12 Quando a administração direta de um ente público repassa atribuições à administração indireta, ocorre o fenômeno denominado desconcentração.
- 13 A criação de uma autarquia se dá por meio de lei específica.
- 14 Se um servidor público da PMVV cometer algum ato previsto como infração, ele pode ser punido administrativamente, até com a demissão do serviço público, por meio de um processo que propicie ampla defesa. Caso a infração cometida seja tipificada na lei penal como crime, ele também será processado e julgado pela prática delituosa.
- 15 Caso um agente de uma empresa prestadora de serviço público, agindo com dolo ou culpa, durante a execução de um contrato administrativo, cause dano a terceiros, haverá direito de regresso contra ele.
- 16 Se, em uma fazenda localizada na região Sul do país, forem descobertas culturas ilegais de plantas psicotrópicas, nesse caso, as glebas dessa fazenda serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos — que devem cultivar produtos alimentícios e medicamentosos — e será paga indenização ao seu proprietário, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Com base na Constituição Federal, julgue os itens subseqüentes, relativos aos agentes públicos.

- 17 Na hipótese de inobservância da exigência de realização de concurso público para a investidura em cargo ou emprego público, haverá nulidade do ato, bem como a punição da autoridade por ele responsável, na forma que a lei dispuser.
- 18 Por ser de nomeação e exoneração livres, a função de confiança é semelhante ao cargo comissionado. Ademais, esse tipo de função pode ser desempenhada por qualquer pessoa, ainda que não exerça cargo efetivo.
- 19 Em caso de greve de servidores públicos, na falta de lei específica, deve ser aplicada, no que couber, a lei que disciplina a greve dos trabalhadores da iniciativa privada.

No que concerne às licitações, julgue os itens que se seguem.

- 20** Licitação é o procedimento administrativo formal por meio do qual a administração pública, mediante condições estabelecidas em ato próprio, convoca, para a apresentação de proposta, empresas interessadas em fornecer bens e serviços à administração.
- 21** Entre os princípios básicos da licitação, incluem-se legalidade, publicidade, vinculação ao edital, igualdade e julgamento objetivo.
- 22** A lei prevê como modalidades de licitação apenas a concorrência, a tomada de preços, o convite e o leilão.
- 23** Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- 24** Caso a administração pública pretenda fazer uma licitação entre interessados já cadastrados ou que atendam às condições de cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, deve realizá-la na modalidade denominada concorrência.
- 25** Convite é a modalidade de licitação realizada entre interessados do ramo do objeto da licitação, escolhidos e convidados pela administração em número mínimo de três.
- 26** Tomada de preços é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de lances verbais, independentemente de valor.
- 27** Os únicos tipos de licitação permitidos pela lei são menor preço e melhor técnica.
- 28** A Lei de Licitações não permite a contratação direta, realizada sem licitação, ainda que em situações excepcionais.
- 29** Nos casos de dispensa de licitação, a licitação é possível, mas não obrigatória.
- 30** Nos casos de inexigibilidade de licitação, não há viabilidade de competição.

Quando aos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 31** É conceituado como contrato administrativo, independentemente da denominação utilizada, todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da administração pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.

- 32** As cláusulas essenciais do contrato administrativo incluem o preço e as condições de pagamento, bem como critérios de reajuste de preços e atualização monetária. As cláusulas referentes aos prazos de início de etapas de execução e de conclusão também podem constar nesse tipo de contrato, mas não são obrigatórias.
- 33** Caso a administração pública realize contratações de obras, serviços e compras, poderá exigir prestação de garantia, ainda que inexistir previsão para tal no instrumento convocatório.
- 34** A garantia prestada não será devolvida após executado o objeto do contrato.
- 35** A administração pública só pode alterar o contrato administrativo mediante acordo entre as partes, e não de forma unilateral, ainda que o objetivo da alteração seja a melhor adequação às finalidades de interesse público.
- 36** Se ocorrer atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento, a administração pode rescindir o contrato.
- 37** Constitui motivo para rescisão contratual o atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela administração ou parcelas destes, em decorrência de obras, serviços ou fornecimento, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- 38** Na hipótese de inexecução total do contrato, a administração pública, independentemente de prévia defesa, pode aplicar sanções ao contratado.
- 39** No caso de inexecução parcial do contrato, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar sanções ao contratado. Essas sanções incluem a suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a dois anos.
- 40** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, não constituem motivo para a rescisão contratual.

As leis de iniciativa do Poder Executivo estabeleceram como instrumentos de planejamento o plano plurianual (PPA), as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Acerca desses instrumentos de planejamento, julgue os itens a seguir.

- 41** Entre os objetivos do PPA, está a definição clara das metas e prioridades da administração, bem como os resultados esperados.
- 42** A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi instituída pela Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2000.
- 43** A Lei do Orçamento Anual deverá ser elaborada obedecendo à seguinte classificação: institucional, funcional e por programas.

São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Julgue os itens que se seguem, relativos às características dos créditos adicionais.

- 44** Os créditos especiais são destinados a atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.
- 45** Os créditos adicionais podem ser classificados em créditos suplementares, créditos especiais e créditos extraordinários.
- 46** Os créditos suplementares autorizados nos últimos quatro meses do exercício poderão ter seus saldos transferidos para o exercício financeiro seguinte.
- 47** No caso da abertura do crédito extraordinário, não será necessária a indicação de recurso.

Sobre os estágios da receita orçamentária pública, julgue os próximos itens.

- 48** São estágios da receita orçamentária pública a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.
- 49** No estágio do lançamento, são verificadas a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora.
- 50** A previsão é a estimativa do que se espera arrecadar durante determinado exercício.

A despesa pública representa todo dispêndio de recursos financeiros do Estado ou de outra pessoa de direito público para o funcionamento dos serviços públicos. Com relação aos estágios da despesa pública, julgue os itens subseqüentes.

- 51** O empenho pode ser ordinário, estimativo e global.
- 52** A liquidação consiste no despacho exarado pela autoridade pública competente determinando que a despesa seja paga.
- 53** É vedada a realização da despesa sem prévio empenho.

Entre as categorias de programação, estão definidos como níveis de meios as atividades e projetos. Julgue os itens a seguir, acerca do papel dos projetos.

- 54** O projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa.
- 55** O projeto envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente.

A subfunção agrega determinado subconjunto da despesa do setor público. Acerca da relação entre função e subfunção, julgue o seguinte item.

- 56** As subfunções não poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.

A dívida ativa representa os créditos a receber da fazenda pública. Com relação ao seu registro e à sua natureza, julgue os itens que se seguem.

- 57** A dívida ativa é registrada na conta de imobilizado do balanço patrimonial, pois seus valores são considerados como bens de propriedade da entidade pública.
- 58** A dívida ativa pode ser de natureza orçamentária e extra-orçamentária.

São classificadas como acréscimos e decréscimos patrimoniais todas as variações independentes da execução orçamentária. Com referência a essas variações, julgue os próximos itens.

- 59** O cancelamento de restos a pagar é classificado como superveniência ativa.
- 60** A doação de bens concedidos é considerada uma insubsistência ativa, pois o bem não mais integrará o patrimônio da entidade.

De acordo com o disposto no Código Tributário do Município de Vila Velha e na Constituição Federal, julgue os itens que se seguem.

- 61** Apenas os municípios têm competência para instituir e cobrar o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).
- 62** Em regra, sempre que uma pessoa física ou jurídica for contribuinte do ISS, também deverá recolher o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- 63** O ISS não deve ser cobrado sobre serviços prestados mediante o regime de concessão de serviços públicos.
- 64** Os serviços prestados por cartórios de registros públicos gozam de imunidade tributária quanto ao recolhimento do ISS.
- 65** Aquele que tiver iniciado no exterior a prestação de serviços consultivos na área de tecnologia da informação, mas que tiver concluído a prestação desses serviços no Brasil, deve recolher o ISS.
- 66** O trabalhador avulso que presta serviços de movimentação de carga a bordo de navios, nos portos, não tem o dever legal de recolher o ISS sobre os serviços prestados como estivador.
- 67** Membro do conselho consultivo de companhia editorial deve recolher o ISS sobre os serviços prestados a essa sociedade anônima.

Ainda com base no Código Tributário do Município de Vila Velha, julgue os itens a seguir.

- 68** É ilícita a incidência do ISS sobre os valores intermediados no mercado de títulos e valores mobiliários.
- 69** Incide o ISS, à alíquota de 2,5%, sobre os serviços de orientação pedagógica.
- 70** A Constituição Federal concede imunidade tributária, quanto ao recolhimento do ISS, aos serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
- 71** Caso a orquestra sinfônica de determinada escola municipal promova um concerto e destine seu rendimento, integralmente, a uma entidade assistencial sem fins lucrativos, nesse caso, a orquestra sinfônica estará isenta do recolhimento do ISS.

No que concerne ao processo administrativo fiscal, julgue os itens seguintes.

- 72** O processo administrativo fiscal somente será originado por provocação voluntária das partes.
- 73** Se, no curso de processo administrativo fiscal, um contribuinte for intimado a apresentar documentos no prazo de 10 dias, a contagem desse prazo deverá excluir o dia do início e incluir o do vencimento.
- 74** No processo administrativo fiscal municipal, aplicam-se aos prazos as regras de direito penal e processual penal.
- 75** As consultas sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, acerca de fato determinado, devem ser formuladas em petição dirigida ao diretor do departamento competente, o qual terá o prazo de 20 dias para apresentar resposta.
- 76** Considere que determinada contribuinte tenha formulado consulta tributária e que, após regular curso do processo administrativo fiscal, tenha sido concluído que ela deveria efetuar o pagamento de valor a título de contribuição de melhoria. Nessa situação, a lei assegura à contribuinte a possibilidade de recorrer ao egrégio conselho municipal de recursos fiscais, no prazo de 30 dias, a contar da intimação.
- 77** Se determinado contribuinte apresentar consulta relativa a fato disciplinado em ato normativo publicado em data anterior à sua apresentação, essa consulta não produzirá qualquer efeito.
- 78** As decisões administrativas proferidas no curso de processo administrativo fiscal serão definitivas após o pronunciamento da terceira instância.
- 79** Caso não caiba mais recurso, a decisão administrativa proferida contra determinado contribuinte torna-se decisão definitiva, devendo ser cumprida no prazo máximo de 120 dias.
- 80** Se, para evitar os efeitos da mora, determinado contribuinte efetuar depósito livre do valor objeto de processo administrativo fiscal, e for proferida decisão favorável ao contribuinte, nesse caso, o valor do depósito, atualizado monetariamente, lhe será devolvido.